

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.820 - RS (2019/0248194-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO
CENTRO LESTE - SICREDI CENTRO LESTE RS
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO RIBEIRO CARDOSO - RS032636
RICARDO WERUTSKY - RS062707
AGRAVADO : CELSO OTACILIO HEBERLE
ADVOGADOS : OLINDO BARCELLOS DA SILVA - RS018389
BRUNA CASTILHOS ANSELMO - RS091837
MICHELE SATURNINO DA SILVA - RS095018
AMANDA NATACHA DO ESTREITO ROSA - RS101681

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL CONTRATUAL. 1. OFENSA À NORMA CONSTITUCIONAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. 3. CAUSA MADURA. JULGAMENTO IMEDIATO DA DEMANDA NO ÂMBITO DA APELAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 1.013 DO CPC/2015. PROCESSO SUFICIENTEMENTE INSTRUÍDO. ALTERAÇÃO DO ARESTO HOSTILIZADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial apresentado por COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO CENTRO LESTE - SICREDI CENTRO LESTE RS, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.

Compulsando os autos, verifica-se que o agravado Celso Otacílio Heberle ajuizou ação de revisão contratual (e-STJ, fls. 1-11), tendo o Juízo de primeiro grau indeferido a petição inicial, com fundamento no art. 330, I e IV, do CPC/2015 (e-STJ, fl. 51).

Interposta apelação, o Tribunal de origem decidiu, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 79-80):

APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL.

1. Tendo sido atendidos os requisitos inscritos no artigo 330, §§ 2º e 3º, do CPC/2015, não há falar em inépcia da petição inicial, mostrando-se inviável a extinção do processo sob tal fundamento.
2. Estando a causa madura para julgamento, não se cogita a desconstituição da sentença recorrida.
3. Os negócios jurídicos bancários estão sujeitos às normas inscritas no CDC (Súmula n. 297 do STJ), com consequente relativização do ato jurídico perfeito e do princípio pacta sunt servanda.
4. Verificando-se que os juros remuneratórios foram pactuados em montante consideravelmente superior à média de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, impõe-se a sua limitação a este índice.
5. A capitalização de juros em periodicidade inferior à anual é admitida quando expressamente prevista sua incidência em contrato bancário firmado após a vigência da Medida Provisória n. 1963-17/2000, mostrando-se suficiente a indicação de juros anuais superiores ao duodécuplo do índice mensal (STJ, Súmula n. 541), o que foi demonstrado no caso sob comento.
6. Tendo sido flagrada a cobrança de encargos abusivos no período de normalidade contratual, deve ser acolhido o pedido de descaracterização da mora debendi.
7. Cabível a compensação dos valores pagos a maior com o débito remanescente após a revisão do pacto, bem como a repetição simples do saldo apurado em favor do consumidor, na forma do artigo 884 do Código Civil.
8. Diante do decaimento substancial de cada um dos litigantes, impõe-se a condenação dos litigantes ao pagamento de 50% das custas processuais e da verba honorária devida ao procurador da parte adversa, fixada em 10% sobre o valor atualizado da causa, diante do trabalho realizado e do grau de zelo dos profissionais, na forma do artigo 85, §§ 2º e 11, do CPC/2015, vedada a compensação dos honorários advocatícios (CPC/2015, art. 85, § 14).

APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 110-115 e 119-125).

Nas razões do recurso especial, fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, a recorrente alegou violação aos arts. 5º, LV, da CF; 9º, 10 e 1.013, § 3º, I, do CPC/2015, além de afirmar a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustentou que, com base na teoria da causa madura, o mérito da demanda foi julgado na apelação interposta contra sentença extintiva do feito, assim, não teve oportunidade de apresentar contrarrazões, o que lhe causou absoluta surpresa, em clara

ofensa ao princípio do contraditório e ampla defesa.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 164-169).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial pela impropriedade da via eleita para análise de ofensa a dispositivo constitucional; e em virtude da incidência das Súmulas n. 282 e 356 do STF e 7 do STJ.

Contraminuta juntada às fls. 189-195 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com relação à suposta ofensa ao art. 5º, LV, da Constituição Federal, é evidente a inadequação da via recursal eleita, porquanto "competete ao Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, a análise da interpretação da legislação federal, motivo pelo qual se revela inviável invocar, nesta seara, a violação de dispositivos constitucionais, porquanto matéria afeta à competência do STF (art. 102, inciso III, da Constituição Federal)" (AgRg no AREsp n. 359.463/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 24/2/2015, DJe 3/3/2015).

No tocante aos arts. 9º e 10 do CPC/2015, verifica-se que seus conteúdos normativos não foram objeto de apreciação pelo Tribunal *a quo*. Portanto, ausente o prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso ter sido examinado na decisão atacada.

O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial. Incidem ao caso as Súmulas 282 e 356 do STF.

Outrossim, destaca-se que a jurisprudência desta Corte admite a utilização da teoria da causa madura pelo Tribunal de origem na hipótese de se tratar de matéria exclusivamente de direito ou ser desnecessária a produção de outras provas.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TERMO DE AJUSTE DE CONDOTA (TAC). EXTINÇÃO DA AÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. APELAÇÃO. ANÁLISE MERITÓRIA. POSSIBILIDADE. CAUSA MADURA.

PRECEDENTES. REPRESENTAÇÃO DA MUNICIPALIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRODUÇÃO DE PROVA DISPENSADA. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF.

1. A procuração outorgada "ad judícia" não exclui a validade dos poderes especiais contidos em seu próprio corpo. Nesse diapasão, se da análise da procuração outorgada pelo município o Tribunal a quo concluiu que ela "se apresenta formalmente perfeita, abrindo espaço para a exigência do cumprimento das disposições constantes no TAC, especificamente as cláusulas 1 e 7, do TAC, mediante ação judicial", conclusão contrário encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. As razões do especial aduzem a tese de que o Tribunal somente poderia ter julgado o mérito da apelação se fosse exclusivamente de direito. Tal entendimento não encontra amparo na jurisprudência desta Corte, porquanto legítimo o julgamento da causa, desde que a matéria seja exclusivamente de direito ou não haja necessidade de produção de outras provas.

3. Ante a expressa manifestação das partes quanto à desnecessidade de outras provas, a Corte de origem considerou-se apta ao deslinde da controvérsia, o que demonstra a relevância da prescindibilidade de provas para a manutenção do julgado. Foi tal fundamento que levou o Tribunal de origem a reputar a lide "madura" para julgamento. Incidência da Súmula 283/STF. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 366.353/MG, Relator o Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 1/10/2013, DJe 9/10/2013)

No caso, o Tribunal estadual, apreciando o conjunto fático-probatório dos autos, asseverou que a controvérsia da demanda tratava de matéria unicamente de direito e que o feito já estava devidamente instruído com as provas documentais necessárias, impondo a imediata deliberação acerca do mérito da ação, nos termos do art. 1.013, § 3º, I, do CPC/2015.

É o que se extrai do seguinte trecho da decisão recorrida prolatada pela Corte local (e-STJ, fl.82):

A discussão devolvida a esta Corte cinge-se ao pedido de revisão das cláusulas contratuais que a autora considera abusivas.

O artigo 330, § 2º, do CPC/2015 dispõe que a petição inicial será indeferida quando, nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor não discriminar na petição inicial as obrigações contratuais que pretende controverter, assim como não quantificar o valor incontroverso do débito.

No caso concreto, observa-se que a demandante apontou as cláusulas contratuais sobre as quais se irressigna (juros remuneratórios e capitalização de juros - fls. 02-12) e indicou valor incontroverso (R\$ 167.662,69 - cento e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois

Superior Tribunal de Justiça

reais e sessenta e nove centavos - fl. 11).

Atendeu a autora, assim, ao disposto no artigo 330, § 2º, do CPC/2015. Todavia, estando a causa madura para julgamento, não se cogita a desconstituição do *decisum* hostilizado, razão pela qual passo à análise da questão de fundo (revisão do contrato).

Com efeito, para alterar a conclusão delineada no acórdão recorrido (quanto à possibilidade de julgamento imediato da ação, por meio da apelação, nos termos do art. 1.013, § 3º, I, do CPC/2015 - porquanto suficientemente instruído o processo), seria imprescindível o reexame dos fatos e das provas do feito, o que não se admite nesta instância extraordinária, ante o óbice da Súmula 7/STJ, não sendo o caso de sua reavaliação.

Por fim, impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência deste Tribunal Superior, a incidência da referida Súmula n. 7 também impede o conhecimento do recurso lastreado pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios em 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, em favor dos advogados da parte recorrida.

Publique-se.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator